

***Intencionalidade Pedagógica na Gestão Pública do
Turismo: apresentação e análise de estratégia
metodológica de ciclo aplicada em Cidade
Educadora brasileira***

***Pedagogical Intentionality in the Public Management of
Tourism: presentation and analysis of the
methodological strategy of the Cycle applied in a
Brazilian Educating City***

Francielle de Lima

Professora da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Jaguarão/RS, Brasil.
E-mail: fraciellelima@unipampa.edu.br

Luciane Todeschini Ferreira

Professora da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul/RS, Brasil.
E-mail: ltferrei@ucs.br

Artigo recebido em: 26-11-2024

Artigo aprovado em: 25-05-2025

RESUMO

Este artigo objetiva descrever, analisando, estratégia metodológica de ciclo processual construída e desenvolvida em uma Cidade Educadora (CE) brasileira e a sua contribuição na perspectivação da dimensão pedagógica intrínseca ao turismo no âmbito das CEs (Associação Internacional de Cidades Educadoras - AICE). Na ampliação conceitual proposta, o turismo é compreendido como essencialmente pedagógico. Nessa linha interpretativa, o turismo sempre enseja aprendizagens, ou seja, carrega em si o aprender e o conhecer. (Lima & Ferreira, 2024). Já o Ciclo de processo de (re)formulação de políticas públicas de turismo com viés pedagógico é compreendido como estratégia que contempla oito etapas que vão desde a “Articulação e Aproximação” ao “Monitoramento e Avaliação”. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se por sua natureza qualitativa e por seu caráter exploratório-empírico. Durante a construção e aplicação do Ciclo, que foi desenvolvido em seis encontros, a partir da técnica discursiva-enunciativa (Bakhtin/Volochinov, 2009), fez-se a análise dos discursos dos participantes envolvidos no processo. Como resultados, a partir da síntese-interpretativa dos sinalizadores discursivos identificados, aponta-se para o caráter da estratégia do Ciclo: elemento propulsor de articulação entre os diferentes segmentos da gestão pública, já que os coloca em diálogo e em construção coletiva. Também possibilita que os envolvidos nessa dinâmica reconheçam o turismo como agente promotor e protagonista de aprendizagens. Enfim, como estratégia metodológica, o Ciclo pode potencializar o desenvolvimento de ações turístico-pedagógicas que, de forma intencional, impulsionam a latência turístico-pedagógica da CE, contribuindo para efetivação de seus princípios.

Palavras-chave: Turismo Essencialmente Pedagógico. Cidades Educadoras. Intencionalidade pedagógica. Políticas públicas de Turismo. Estratégia metodológica de Ciclo.

ABSTRACT

This article aims at describing, by analyzing, the methodological strategy of the procedural cycle built and developed in a Brazilian Educating City (CE) and its contribution to the perspective of the pedagogical dimension intrinsic to tourism within the scope of the CEs (Associação Internacional de Cidades Educadoras - AICE). In the proposed conceptual expansion, tourism is understood as essentially pedagogical. In this interpretative line, tourism always gives rise to learning, that is, it carries in itself learning and knowing. (XXX & XXX, 2024). The process cycle of (re)formulation of public tourism policies with a pedagogical bias is understood as a strategy that includes eight stages ranging from “Articulation and Approach” to “Monitoring and Evaluation”. Methodologically, the research is characterized by its qualitative nature and its exploratory-empirical character. During the construction and application of the Cycle, which was developed in six meetings, based on the discursive-enunciative technique (Bakhtin/Volochinov, 2009), the discourses of the participants involved in the process were analyzed. As a result, from the interpretative-synthesis of the identified discursive signs, the character of the Cycle strategy is pointed out: a driving element of articulation between the different segments of public management, since it places them in dialogue and in collective construction. It also enables those involved in this dynamic to recognize tourism as a promoter and protagonist of learning. Finally, as a methodological

strategy, the Cycle can enhance the development of tourism-pedagogical actions that intentionally boost the tourism-pedagogical latency of the CE, contributing to the effectiveness of its principles.

Keywords: Essentially pedagogical tourism. Educating Cities. Pedagogical intentionality. Public tourism policies. Methodological Cycle Strategy.

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas, de modo geral, constituem o “Estado em ação” (Dias, 2017, p. 103) e isso não se altera quando se pensa em uma lógica tematizada, tal como neste trabalho, relacionada ao turismo, bem como em relação aos seus processos, sejam eles de formulação, implementação, avaliação, entre outros. Assim, o termo “política pública de turismo”, apesar de ser apresentado de diversas maneiras e sob enfoques diferentes por autores da área, tais como: Cavalcanti e Hora (2002), Cruz (2002), Beni (1998, 2006), Gastal e Moesch (2007), Cerqueira, Furtado e Mazaro (2009), Lohmann e Panosso Netto (2012), Pimentel (2014), Carvalho (2016), Niquini (2019), Lopes e Panosso Netto (2021), Silva e Fratucci (2022), em geral, referem-se às ações que o governo decide assumir e implementar em relação ao desenvolvimento e à regulamentação do setor.

Para Lohmann e Panosso Netto (2012, p. 127), “a política pública de turismo deve ser usada para provocar um desenvolvimento turístico baseado em ações programadas do setor”. Nesse sentido, e tendo presente pesquisa desenvolvida em 2022, que serve de fundo para este artigo, parte-se do suposto de que as políticas públicas de turismo com viés pedagógico podem ser fomentadoras/facilitadoras do processo de aproximação entre o entendimento do turismo como essencialmente pedagógico (TEP) e Cidade Educadora - Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), pois ambos teriam na gestão pública seu ponto de articulação e de propulsão de desenvolvimento.

Assim, baseando-se no entendimento de que o turismo é essencialmente pedagógico, há promoção e ampliação da visão predominante (acadêmica e de senso comum) de que o pedagógico se institui como característica circunstancial do turismo – quando está a serviço da escola para suas atividades educativo-pedagógicas que envolvam viagens/deslocamentos (Hora & Cavalcanti, 2003; Perinotto, 2008; Bonfim, 2010). Como desdobramento dessa compreensão, propõe-se uma visão mais abrangente, permitindo-se pensar o pedagógico como característica

substantiva do turismo, isto é, como uma propriedade que lhe é intrínseca, necessária, portanto, presente em todas as situações, independentemente do grau em que se efetive.

Essa proposição tem como suporte teórico basilar a abordagem conceitual de turismo, de natureza psicossocioantropológica, segundo Perazzolo, Santos e Pereira (2013), para as quais, no cerne do processo que move os sujeitos, está a metáfora do desejo. Nessa linha teórica, que tem sua origem na pulsão de conhecer, elaborou-se um conceito de turismo que o considera como:

um fenômeno humano-social que pressupõe um deslocamento realizado por sujeitos motivados/mobilizados para vivenciar/conhecer o novo, o outro, em experiências relacionais fora ou no local de experiência cotidiana, constituindo-se em um espaço de contínua construção, formação e transformação dos sujeitos, que passam a ter novas percepções do outro e de si mesmo (De Lima, Cappellano dos Santos & Todeschini Ferreira, 2020, p. 102).

Com base neste suposto teórico, identificaram-se relações entre os princípios referenciais que conduzem os processos de transformação de uma cidade em educadora (Carta das CEs) e princípios elementares e essenciais do turismo, tais como os relativos à transformação educativo-formativa dos sujeitos. Alargando o espectro conceitual no âmbito dessas relações, o mesmo suposto teórico levou a pensar o turismo a partir de uma intencionalidade pedagógica dele originada e não somente via decorrente de iniciativas oriundas de outras áreas de atuação de governo.

Nesse sentido, criar uma agenda na gestão pública do turismo priorizando ações/políticas turístico-pedagógicas faz-se congruente nessas cidades e em outras que almejam se transformar em destinos turísticos-pedagógicos. Contudo, primeiramente, é necessário que gestores possam compreender as possibilidades relacionais e, para isso, um caminho foi estruturado por meio da estratégia metodológica de Ciclo processual de (re)formulação de políticas públicas de turismo com intencionalidade pedagógica.

O Ciclo caracteriza-se por ser uma forma de aproximar os temas, na direção de contribuir com a gestão dos destinos, a partir do alargamento de seus âmbitos, seja para a ampliação da própria concepção de CE, como também, por parte da gestão pública, para o fomento da intencionalidade pedagógica no planejamento do turismo.

O objetivo desse estudo consiste, ao apresentar a estratégia metodológica de Ciclo, identificar e refletir sobre possíveis sinalizadores de impulsionamento da ativação da latência turístico-pedagógica¹, a partir do exercício de perspectivação da dimensão pedagógica intrínseca ao turismo no contexto das CEs.

2. O TURISMO EM SUA DIMENSÃO PEDAGÓGICA E CIDADES EDUCADORAS (AICE)

Para além de pensar o pedagógico atrelado ao turismo via segmentação de mercado, parte-se neste estudo de uma perspectiva conceitual de turismo que põe em foco a pulsão inata dos indivíduos para conhecer/aprender (sob esse prisma, a essência está nos sujeitos aprendentes), sem a necessidade de restrição a qualquer espaço/contexto, seja ele mercadológico e/ou educacional formal, como o fazem outras concepções encontradas na bibliografia sobre “turismo pedagógico”.

Nessa linha de raciocínio, o conceito de educação versa sobre um contexto que transcende os tempos e espaços tradicionais na direção de uma educação integral, permanente e de aprendizagens ao longo da vida, o que nas palavras de Barros (2011, pp.134-135) significa que “não acaba quando se deixa a escola, na medida em que à educação cabe o papel de assegurar a viabilidade da vida em sociedade, independentemente da idade que se possui”.

Esse contexto requer que o sistema educativo envolva os agentes de construção do tecido social da cidade para que juntos assumam a responsabilidade da educação dos sujeitos em um sentido amplo/pleno. Assim, sob concepções psicogenéticas educacionais (Piaget, 2006; Vygotsky, 1989), abordagem de turismo que põe foco nos sujeitos (sempre aprendentes) e pulsão por aprender (Freud, 1992) é que se estabeleceram aproximações com os princípios que regem as CE – AICE, uma vez que, tendo adentrado o universo das CEs, maior foi a compreensão de que esse era um cenário propício ao desenvolvimento do turismo, sob essa concepção pedagógica, sobretudo pela organização estrutural (administrativa, orçamentária, jurídica etc.) dessas cidades, para as quais a educação já é um objetivo transversal de todas as áreas de atuação governamental.

¹ Latência turístico-pedagógica refere-se aos potenciais de aprendizagens dos destinos turísticos que ainda estão subentendidos ou não-associados ao turismo, mas que podem ser perspectivados como tais, desde que haja um planejamento intencional ou uma gestão do turismo que perspective essa dimensão que lhe é própria.

O movimento das CEs nasceu em novembro de 1990, em Barcelona, na Espanha, quando ocorreu o primeiro Congresso Internacional das CEs. Na ocasião, os representantes presentes propuseram sistematizar, numa Carta², inicialmente designada como *Declaração de Barcelona*, os princípios básicos que deveriam formar o perfil educativo das cidades, afirmando assim, um novo direito dos habitantes: o direito à Cidade Educadora.

No total são 20 princípios, os quais abordam temas como: direito à igualdade, combate à discriminação, promoção do diálogo intergeracional, inclusão e coesão social, conhecimento do território, diversidade, sustentabilidade, promoção da saúde, acesso à cultura/informação e participação cidadã.

As CEs têm como objetivo constante “aprender, inovar e partilhar, e, portanto, enriquecer e tornar mais segura e digna a vida de seus habitantes” (AICE, 2020, p. 4). Nas CEs, “a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade”, isso porque envoltas em um processo permanente de “construção da comunidade e de uma cidadania livre, responsável e solidária, capaz de conviver na diferença, de solucionar pacificamente os seus conflitos e de trabalhar ‘pelo bem comum’” (AICE, 2020, p. 4).

Logo, as CEs, por meio de seus agentes administrativos das mais diversas áreas, precisam planejar e desenvolver ações/iniciativas para a efetivação de tais princípios, não deixando ao acaso o desenvolvimento educacional de seus habitantes. É nessa racionalidade e buscando estabelecer vinculações e perspectivas de ampliações conceituais que a metodologia de Ciclo visa provocar discussões e reflexões.

3. METODOLOGIA

Este estudo, metodologicamente, assume caráter qualitativo (Chizzotti, 2003) e apresenta, como abordagem analítica, a hermenêutica, na medida em que a compreensão busca ultrapassar compreensões imediatas, pré-compreensões, o que, nas palavras de Ricoeur (1978, p. 15), consiste em “decifrar o sentido oculto no sentido aparente, em desdobrar os níveis de significação implicados na significação literal”.

² A Carta das Cidades Educadoras, versão em português, pode ser acessada por meio do link: https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf

Em uma visão panorâmica, o estudo se define como de caráter exploratório empírico, na referida elaboração e análise de construção da estratégia metodológica de Ciclo de (re)formulação de políticas públicas aplicada na CE brasileira, Santiago/RS.

Para a análise de dados coletados, optou-se pela linha enunciativa bakhtiniana, em que os enunciados são entendidos nas suas condições de produção e na sua dimensão dialógica. Conforme Bakhtin/Volochinov (2009, p. 41), os sentidos das palavras são determinados pelo contexto em que elas foram proferidas/enunciadas: “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios”. Nesse sentido, os enunciados produzidos são analisados à luz de uma perspectiva dialógica, responsiva.

Antes, porém, de apresentar a análise e síntese interpretativa referente à investigação sobre a organização e aplicação de estratégia metodológica, cabe historiar, mesmo que resumidamente, o surgimento dessa proposição.

Em 2019, buscando maiores informações sobre a CE Santiago/RS, que apresentava, no banco de experiências da AICE, ações afetas ao turismo e turismo pedagógico, fez-se contato telefônico junto à Prefeitura Municipal. Mediante a abertura obtida, em junho do mesmo ano, realizou-se a primeira incursão à cidade, buscando compreender como os gestores tomaram conhecimento da AICE; como se deu o processo de transformação da cidade em CE; o que ali se entendia por turismo/turismo pedagógico; se todas as experiências estavam atreladas à educação formal e o que pautava as atividades implementadas.

A partir de questões-chave, pôde-se compreender o processo de adesão à Associação e de manutenção na Rede, conhecendo as dinâmicas dos gestores envolvidos e, mais especificamente, como o turismo compunha esse processo.

O governante de Santiago, à época, lançou um novo desafio: continuar provocando e sugerindo aproximações entre Turismo e CE, sobretudo, perspectivar caminhos para a efetivação de seus princípios juntamente a seus respectivos colegiados.

À vista disso, e visando à ampliação desses cenários, aproveitou-se o incentivo da Administração pública municipal em seguir promovendo provocações a respeito do turismo no município e encaminhou-se o suposto de que um percurso possível para viabilizar e fomentar a dimensão pedagógica intrínseca ao turismo (capaz de contribuir com a efetivação das aproximações e teorizações construídas) poderia ser via políticas públicas, aspirando a colaborar também para a efetivação dos princípios da Carta das CES. Assim, a estratégia

metodológica de Ciclo foi planejada e aplicada no município, tendo como grupo-focal, os membros do Conselho Municipal de Turismo (Comtur) e os integrantes do Comitê CE Santiago/RS. E é esse processo que, metodologicamente, se analisa neste estudo.

O Ciclo foi desenvolvido nos meses de abril a junho de 2021, de acordo com aceite do Prefeito Municipal e os agentes envolvidos. A criação dos encontros ocorreu por intermédio da ferramenta Google Meet, lembrando que se atravessava a pandemia de Covid-19. Cada encontro teve previsão de 1h30min a 2 horas de duração. Ainda, foram gravados (áudio e vídeo), transcritos e salvos em um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem", no sentido de assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações dos participantes da pesquisa. O tratamento dos dados coletados seguiu os princípios contidos na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo a identidade dos participantes resguardada.

Ressalta-se que a pesquisa se atrelava a uma outra cadastrada na Plataforma Brasil, “Educação, Hospitalidade e Turismo: estudos sobre eixos constitutivos do desenvolvimento turístico (EDUHTUR)”, com parecer Consustanciado do CEP de número 4.300.880.

Em um primeiro momento, fase de Sensibilização, segunda do Ciclo, foi encaminhado formulário de “Sondagem Inicial” (*Google Forms*), com questões abertas, a fim de se identificar a compreensão dos gestores (membros dos Colegiados – Comtur/ CE) sobre os temas-chave da pesquisa. Ao final da aplicação da estratégia metodológica, na Sondagem Final, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Nesta última etapa, alguns questionamentos foram retomados da Sondagem Inicial, já outras questões afetas à própria participação no processo vivenciado foram feitas, tais como: 1. Durante toda essa caminhada que trouxe a questão do turismo, em sua dimensão essencialmente pedagógica, e sua relação com a CE, o que mais marcou para você? 2. Na primeira sondagem, você respondeu a uma questão atinente ao turismo pedagógico, como agora você o vê? 3. Considerando o turismo e sua natureza pedagógica, quais públicos poderiam ser atingidos nas ações da CE? 4. Como você vê, o papel do turismo (essencialmente pedagógico), para que uma CE cumpra melhor os seus objetivos? 5. O que você pensa sobre políticas públicas de turismo com viés pedagógico como potencializadoras ou favorecedoras das ações da CE? 6. Por meio da Etapa 4 – Diagnóstico em que se evidenciaram caminhadas realizadas e/ou a realizar, o que elas sinalizam sobre a potencialidade turístico-pedagógica do município, enquanto CE? 7. Como você vê o papel do Comitê da CE ou do Comtur na efetivação de Santiago como uma CE?

Os dados coletados durante os encontros e nas sondagens foram organizados e interpretados, tomando-se como principal perspectiva analítica a proposta por Bakhtin/Volochinov (2009) que, como anteriormente referido, prevê a análise dos enunciados a partir de seus contextos de produção.

Esse processo será descrito após a apresentação de Santiago, uma vez que, juntamente com o detalhamento da estratégia metodológica, serão apresentadas as implicações da experiência vivida, focalizando na identificação, via discurso, pelos agentes participantes, dos sinalizadores de possível ativação da latência turístico-pedagógica de tal destino.

4. CIDADE EDUCADORA SANTIAGO RS/BR

De acordo com a página virtual da Prefeitura Municipal (2025), na aba correspondente à “cidade” e sua “história”, Santiago faz parte do território missionário, tendo sido chão de Portugal e de Espanha. Com a fundação das reduções, os jesuítas, juntamente com o cultivo do trigo, do algodão e de demais plantações de subsistência, introduziram a pecuária no solo gaúcho, estabelecendo grandes estâncias de criação de gado. Era a Estância de São Tiago ou Santiago, que foi elevada à categoria de “Cidade”, em 31 de março de 1938.

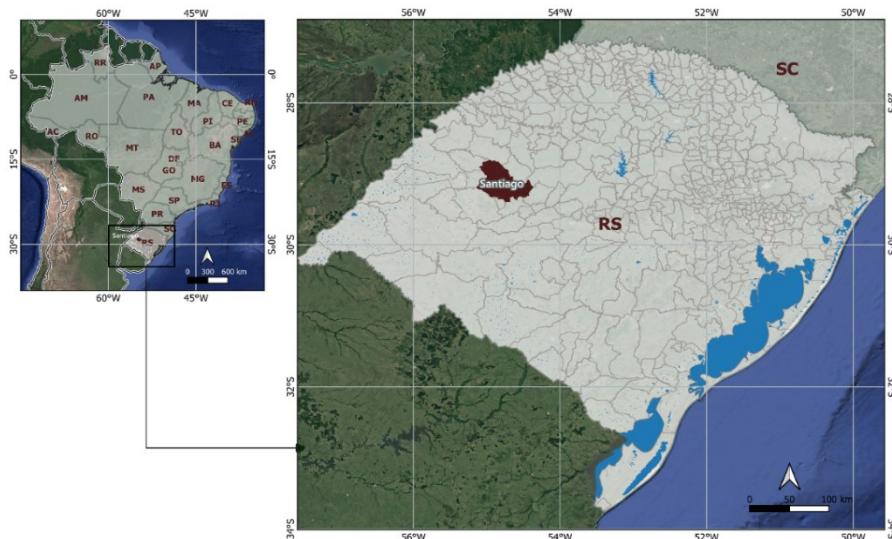
O município de Santiago, cuja população é de 48.938 (IBGE, 2022), está localizado na região Central do estado do Rio Grande do Sul (Ver Figura 1), a 440 km da capital, Porto Alegre. Encontra-se a 409 metros de altitude e possui área territorial de 2.414,195 km² (IBGE, 2022).

Em linhas econômicas, entre suas principais atividades estão o Comércio e os Serviços, seguida da Produção Primária e Indústria. O PIB *per capita* é de R\$ 41.004,58 (IBGE, 2021).

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 98,2%, de acordo com o censo de 2022 (IBGE). Ademais, o município ocupa a 39^a posição no ranking do Estado em comparação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) 0,766 (PNUD, 2010).

Figura 1

Localização de Santiago no Mapa do Brasil e Rio Grande do Sul



Nota: Recuperado de Lima, 2022.

No viés cultural e turístico, Santiago é conhecida como "Terra dos Poetas" pela tradição literária e por ser berço de diversos escritores.

Essa raiz literária também foi incorporada ao *marketing* turístico do destino, pois sua marca turística é “Santiago: Cultura, poesia e tradição”. Entre seus principais atrativos turísticos estão: Rua dos Poetas, Calçada da Fama, Memorial da Poesia Contemporânea, Museu Municipal Pedro Palmeiro, Estação do Conhecimento, entre outros. O destino é igualmente reconhecido pela realização de diversos eventos, tais como: Fecoarte, Semana Farroupilha, Feira do Livro e Copa Santiago.

No BIDCE constam, como anteriormente referido, duas experiências cadastradas referentes à CE Santiago e ambas citam o termo turismo, sendo que uma delas emprega o binômio “turismo pedagógico”: Estação do Conhecimento (2009) e Smequinho (2010).

A Estação do Conhecimento é um espaço cultural polivalente, inaugurado em janeiro de 2011, em que se realizam atividades educativas dirigidas a todos os cidadãos, como resultado da reabilitação do edifício da antiga Estação de Ferro de Santiago, que permaneceu vários anos em estado de abandono. Esse equipamento se soma a outros projetos que pretendem, por um lado, fortalecer a identidade cultural da cidade de Santiago como “Terra do Poetas”, proporcionando momentos de ócio e conhecimento; e, por outro, ressaltar a importância que teve a Ferrovia no desenvolvimento da cidade.

A Estação do Conhecimento foi a primeira experiência a abordar explicitamente “Turismo pedagógico”. Entre seus objetivos está o de potencializar o turismo cultural e pedagógico, promovendo entre os cidadãos o conceito de que todos somos educadores e de que todos temos um importante papel na construção de uma cidade que educa com qualidade de vida. A Estação oferece visitas guiadas, oficinas de educação patrimonial, história local, educação para o turismo, educação fiscal, empreendedorismo, oficina de leituras, hora do conto, sessões cinematográficas etc. As atividades são dirigidas a toda população.

Já o Programa Smequinho inicialmente utilizava um micro-ônibus escolar transformado em biblioteca infantil que visitava todas as escolas da cidade. Com a adesão ao movimento das Cidades Educadoras, o Programa foi remodelado, convertendo-se em instrumento para a promoção do conhecimento sobre os princípios da Carta das CEs na cidade.

O Programa atuava em dois níveis: “Smequinho vai à escola”, dirigido às crianças de educação infantil e primária, e “Smequinho na comunidade”, dirigido a todos os cidadãos. Entre as oficinas oferecidas estão as de: educação ambiental, educação patrimonial, educação para o turismo e educação fiscal.

O termo “turismo” é explicitado nesta ação da CE, contudo a abordagem, o teor, as técnicas de apresentação não são detalhados via relato. Dessa maneira, não se pôde compreender como são entendidas e aplicadas as oficinas de educação para o turismo por meio do Programa Smequinho e Estação do Conhecimento; todavia, parecem destinadas ao público escolar. Superar essa restrição também foi ponto de reflexão durante o desenvolvimento da estratégia metodológica. Portanto, é nesta CE que foi desenvolvido o Ciclo já referido.

5. CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA DE CICLO PROCESSUAL DE (RE)FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO COM VIÉS PEDAGÓGICO

Atendendo a trajetória teórica construída, para a qual o turismo é concebido como essencialmente pedagógico, preliminarmente é necessário novamente ressaltar que significa dizer que ele pode ser um contribuinte para aprendizagens no âmbito das CEs. Todavia, isso requer planejamento governamental intencional. E, para esse planejamento turístico intencional, é preciso ter presente que as políticas públicas que poderão dele advir sejam planejadas com fins educacionais/pedagógicos para potencializar resultados desejados, seja

para a educação formal ou a não formal, uma vez que a educação informal acontece a todo momento com ou sem consciência e intencionalidade.

A administração pública, no uso de suas atribuições, pode se transformar em uma das “molas propulsoras” para o desenvolvimento e a regulamentação das atividades que compõem o arcabouço estrutural e operacional do turismo, daí a grande importância do papel desempenhado pelo Estado e de sua intervenção na área do turismo por meio de suas políticas públicas.

Nesse sentido, a partir da abertura do município de Santiago, foi aplicada a estratégia metodológica, a qual tem por base as abordagens teóricas até então desenvolvidas. Não se aspirava à obtenção de comprovações, ao contrário, numa perspectiva de possível falseamento de ideias, objetivava-se adensar o estudo abrindo espaço para questionamentos, complementações ou corroborações. Daí assumindo caráter metodológico.

Para além disso, não se pretendiam generalizações indutivas, tampouco, formulações de prescrições. Objetivava-se construir um processo pedagógico desde o pensar o Ciclo processual, até sua respectiva efetivação em diferentes encontros. Tem-se em conta que o pedagógico que se atrela ao turismo está respaldado pela pedagogia relacional e fundamentado nas perspectivas construtivista e sociointeracionista (Piaget, 2006; Vygotsky, 1989), ambas aproximadas à ciência contemporânea.

Portanto, cada encontro requereu mediação e interação voltadas a vivências de reflexões, pelos agentes participantes, no sentido de potencializar o desenvolvimento turístico do município em questão, Santiago, através de ações transversalizadas e pensadas na direção de (re)formular políticas públicas em suas mais diversas inter-relações com as demais áreas governamentais, tornando o turismo, que é essencialmente pedagógico, protagonista em projetos educacionais para sujeitos aprendentes discentes ou não, autóctones, alóctones e para sujeitos aprendentes visitantes/turistas.

Assim, um caminho que se aventou como possível foi justamente estender um trabalho junto aos membros dos colegiados com a sistemática de interações, mediações e de valorização de conhecimentos prévios. E é isso que se propôs com o Ciclo do processo de (re)formulação de políticas públicas de turismo com viés pedagógico, que será apresentado e minudenciado na sequência.

5.1 Ciclo de Processo de (re)formulação de Políticas públicas de turismo com viés pedagógico

Conquanto a estratégia se baseie em uma representação em estilo cílico³, com fases e conteúdos/assuntos previamente planejados (Ver Figura 2), não se veja nela teor prescritivo ou inflexibilidade de percurso, ao contrário, uma perspectiva construtivista de modo a possibilitar (re)construção de conhecimentos, aproximando os universos do turismo e de políticas públicas, resguardando, porém, suas singularidades.

O Ciclo está subdividido em oito fases, sendo uma delas de organização interna; outra predominantemente teórica; uma de levantamento e diagnóstico; três de planejamento (estratégico/tático/operacional); e duas alusivas a implementação, monitoramento e avaliação. Particularmente, no que se refere a essas duas últimas fases, na proposta de ensaio exploratório empírico, pontuou-se que sua priorização e viabilização dependem de vontade do governo municipal em questão, ou de gestão colegiada, se for o caso. Em razão disso, enfatizou-se o aspecto processual atinente às seis primeiras.

Figura 2

Ciclo do processo de (re)formulação de políticas públicas de turismo com viés pedagógico



Nota: Recuperado de Lima, 2022.

³ Considerou-se o fluxo concebido por Secchi (2010) como base do estudo, embora não como um modelo fixo.

A fase 1, intitulada **Articulação**, corresponde a uma fase de organização prévia, envolvendo os gestores municipais locais (mais diretos), no sentido de apresentar-lhes o esboço do Ciclo planejado, a partir do que seriam definidos participantes do processo, tempo dos encontros, locais de realização, entre outros pontos, sendo recomendável que as governanças competentes locais já estabelecidas, ligadas diretamente ao turismo (tal como o Comtur) e a CE (tal como o Comitê), estejam entre os grupos prioritários, sendo possível, ainda, convite a outros membros não integrantes desses colegiados, entretanto, considerados importantes para o estudo.

A partir das definições citadas, pode-se avançar para a fase 2 – **Sensibilização**, de caráter predominantemente teórico e basilar de todo o Ciclo. Nessa etapa, busca-se mediar o processo de integração de conhecimentos prévios dos envolvidos com a assimilação de conteúdo sobre a dimensão pedagógica do turismo no contexto das CEs – fundamento imperioso da pesquisa que origina este estudo. Afinal, aqui se pretende trabalhar com intencionalidade pedagógica advinda do/no/pelo turismo.

Para tanto, faz-se necessário analisar a situação atual do município, especialmente quanto à sua oferta turística, seus potenciais, para posterior prospecção. Diagnosticar, inventariar e refletir sobre atrativos turísticos, serviços e equipamentos turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo, torna-se assim objetivo da fase 3, denominada **Diagnóstico**. Caso o município já possua Inventário da Oferta Turística (Invitur) atualizado, recomenda-se trabalhar munidos dessas informações. Caso contrário, recomenda-se a utilização da base do Invitur para desvelar o que os participantes conhecem da Cidade.

As três (3) fases seguintes compõem as etapas do planejamento. Na Etapa 4, sob o título **Criação e (re)leitura de projetos**, os participantes são incentivados a proporem soluções para agregar a dimensão pedagógica do próprio turismo à CE. Nessa fase, todas as ideias são importantes. Já na fase 5 – **Criação da agenda**, são analisadas todas as propostas e identificadas aquelas entendidas como prioritárias, segundo critérios definidos. A sexta fase (**Formulação**), é destinada para o planejamento detalhado de algumas dessas ações prioritárias.

Com relação às próximas fases em que haveria a transformação das ações em políticas públicas, refletiu-se sobre o fato de que a respectiva **implementação**, como também seu **monitoramento** e sua **avaliação** estão sujeitos ao interesse e à priorização por parte da gestão pública. Para tanto, faz-se capital o estabelecimento de indicadores de monitoramento e avaliações contínuos, o que configura a fase 8, última do Ciclo.

Portanto, não pretendendo que esse seja um ciclo limitado e descritivo, mas basilar, ele foi tomado como um processo pedagógico em si, pois objetivava-se que os envolvidos no processo pudessem entender seu fluxo, sua essência, conseguissem recomeçar sempre que fosse necessário e que desenvolvessem mais uma dimensão do turismo na gestão municipal, a educacional/pedagógica, especialmente em Cidades que se propõem e se intitulam Educadoras.

6. SINALIZADORES DE POSSÍVEL ATIVAÇÃO DA LATÊNCIA TURÍSTICO-PEDAGÓGICA DE CIDADES EDUCADORAS - O CASE SANTIAGO/RS/BR

Concretamente, no horizonte e desenvolvimento do Ciclo, ao entrever-se catalisar o impulsionamento da ativação da latência turístico-pedagógica da CE Santiago, os sinalizadores, depreendidos no decurso das etapas da realização do Ciclo, e por meio de entrevistas individuais, foram organizados e são apresentados analiticamente na Figura 3, que apresenta três colunas: a primeira com os temas das perguntas (descritas na metodologia); a segunda com as ressignificações e releituras identificadas pelas pesquisadoras e a terceira coluna com fragmentos exemplificativos dos processos e movimentos cognitivos.

Figura 3

Releituras e ressignificações dos sujeitos⁴

Tema da pergunta	Ressignificações/Releituras	Fragmentos enunciativos dos sujeitos
Marcas do processo	Movimentos cognitivos de reelaboração de percepções no que concerne a curiosidades em relação ao próprio município e à valorização de seus potenciais turístico-pedagógicos.	“[...] algumas coisas se conheciam, mas não se dava importância, outras não conheciam” (SGE) “[...] tinha lugares que eu ainda não frequentei, ainda não fui, não conhecia...se nós sendo moradores não conhecemos, imagina um turista” (SGE ³) “[...] o trabalho serviu para valorizar as riquezas que há na cidade” (SGP3 ³) “[...] tu fez a gente valorizar mais a nossa cidade e conhecer de outras formas a nossa cidade” (SGE ⁶)
Marcas do processo	Alargamento da perspectiva relacional quanto a conceitos trabalhados.	“[...] o quanto nós podemos expandir o nosso conceito... diferentes vertentes, diferentes visões que nós podemos ter a partir de uma situação” (SGE ⁴)

⁴ Os sujeitos da pesquisa foram distinguidos pelos seguintes níveis: •Gestores públicos primários (prefeito, vice-prefeito) – SGP1; •Gestores públicos secundários (secretários municipais) – SGP2; Gestores públicos terciários (diretores, coordenadores de área) – SGP3; •Empreendedores Urbanos (proprietários ou funcionários) – SEU; •Gestores escolares (diretores/professores) – SGE. Quando mais de um gestor ocupou/ocupa o mesmo nível em uma mesma administração ou em uma diferente, a sigla recebeu um algarismo sobrescrito.

Marcas do processo	Saltos cognitivos em termos de compreensão conceitual (Turismo, CEs, gestão pública...), via mediação e zona de desenvolvimento proximal (Vygotsky).	“[...] me abriu um leque de conhecimento que até então eu não tinha me dado conta” (SGE ⁴) “[...] nós temos muitas coisas que de repente nós não estamos enxergando neste momento” (SGE ⁴) “[...] a minha visão modificou bastante...eu não tinha pensado neste eixo de interligação” (SGE ²).
Conceito pedagógico Turismo	Passagem de níveis mais simples/restritos de percepção de abrangência do Turismo pedagógico para um todo mais amplo, extrapolando circunscrições precedentes de percepção (Piaget – processo de equilíbrio).	“[...] hoje eu já posso ver de outra maneira” (SGE ⁵) “[...] aumentei a minha compreensão...alguns pontos eu consegui enxergar com outras possibilidades” (SGE ²) “[...] ele é muito mais abrangente do que eu achava que era no início” (SGP2 ¹) “[...] tem uma visão mais ampla...é muito amplo o tema, com certeza, muito amplo” (SGP3 ³) “[...] nós ficávamos limitados ao Smequinho... encontramos outras alternativas” (SGP3 ⁴)
Carta: somente cidadãos/residentes	Destaque à ampliação de abrangência referente a público atingido.	“[...] antes, eu não enxergava, por exemplo, eu só tinha a visão do pedagógico dentro da sala de aula” (SGE ⁵) “[...] eu acho que precisa ir além da escola esse pedagógico, tem que estar lá na rua também” (SGE ¹) “[...] eu não vejo só as escolas, só alunos... então é indiferente, não tem um público-alvo, é quem quiser participar e adquirir conhecimento do que a gente puder oferecer” (SGE ⁶) “[...] as ações devem ser pensadas para todos os públicos, para todas as faixas etárias, mas não somente os moradores da cidade” (SGP3 ³)
Papel do TEP na efetivação dos princípios da Carta	Movimentos cognitivos que expressaram maior grau de compreensão com relação à requerida processualidade na implementação de políticas públicas, passando desde a intencionalidade e planejamento até a correspondente formulação.	“[...] o turismo é carro-chefe nesse processo enquanto Cidade Educadora” (SGE3 ⁴) “[...] eu vejo o turismo pedagógico como a alma da cidade... acredito que ele tem que estar em primeiro lugar” (SGE ⁵) “[...] quando tu elenaste para nós ali várias ações como sugestões, depois a gente refez, repensou, acrescentamos, retiramos o que achamos que não era no momento, esse é um caminhar” (SGE ²)
Políticas públicas de turismo como potencializadores de ações da Cidade Educadora	Manifestações expressas de que as atividades desencadeadas e/ou realizadas em Santiago geraram e podem gerar ações concretas, tendo a inteligência do processo a cargo de seus agentes.	“[...] tem potencial, pode ser feito e deve ser feito” (SGE ⁵) “[...] o turismo pedagógico poderia transcender para o rural, de aventura, o próprio turismo literário, cultural, vem para o turismo tradicional (tradição gaúcha), então são diversos segmentos...nesse sentido nosso maior desafio é poder trabalhar um plano de ação com minha equipe de turismo e que a gente tenha essas entregas, e essas entregas envolvam pessoas que possam executar algo

		diferente. E a gente não só mostrar as potencialidades, mas também ter oportunidades de negócios surgindo" (SGP2 ¹)
Políticas públicas de turismo como potencializadores de ações da Cidade Educadora	Referência à formulação de políticas públicas a partir de vários olhares, cenários, buscando integrar pessoas e somando forças (gestão descentralizada).	"[...] eu penso que precisa ter pessoas bem engajadas em todos os setores, cada uma fazendo a sua parte: as escolas, o comércio e a prefeitura" (SEU)
Políticas públicas de turismo como potencializadores de ações da Cidade Educadora	Menções à importância das reflexões coletivas.	"[...] temos que explorar melhor essas conexões entre turismo pedagógico, Cidade Educadora, Santiago Terra dos Poetas e trabalhar isso como políticas públicas e com pessoas que possam contribuir" (SGP2 ¹)

Nota: Recuperado de Lima, 2022.

No primeiro conjunto “Releituras e ressignificações dos sujeitos”, é possível depreender sinalizadores de importantes movimentos cognitivos expressos em verbalizações que reforçam as potencialidades turístico-pedagógicas do município, na expansão do olhar, nas reflexões elaboradas face aos processos de “desequilíbrio” promovidos, utilizando o termo piagetiano. O mesmo se pode dizer em relação à apreensão quanto às diferentes dimensões que o turismo pode abarcar. Expressões como “[...] **aumentei** a minha compreensão...alguns pontos eu consegui enxergar com outras possibilidades” (SGE²); “[...] **me abriu um leque** de conhecimento que até então **eu não tinha me dado conta**” (SGE4) são exemplos dessas ampliações conceituais.

Nessa mesma linha, sob o escopo pedagógico, tem-se presente a perspectiva vygotskyana, no que tange ao conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), porquanto, com as ações interativas com o outro com mais ou diferente conhecimento, ou com mais ou outra experiência, participantes lograram identificar e solucionar problemas, assim como realizar saltos cognitivos em termos de compreensão conceitual (Turismo, CE, Gestão...).

Por fim, pode-se dizer que, em geral, as marcas deixadas foram positivas, incitadoras e indiciadoras de positividade na mediação.

A respeito da positividade que denotam esses sinalizadores, cabe aqui uma ressalva. Em se tratando de um caminho que visou, por parte dos sujeitos, à apropriação e ressignificação de conceitos e de percursos processuais (explícitos ou subjacentes ao Ciclo), o dimensionamento dos resultados não pode ser aferido somente com base em situações de mediação síncrona, uma vez que se trata de processos que, a par de elementos afetivos, encerram movimentos cognitivos caracterizados por contínuo devir, podendo assim dar-se assíncronicamente (o que se verificou ao longo do desenvolvimento do Ciclo, nas entrevistas individuais, bem como em contatos

mantidos relativos a ações pensadas ou realizadas *a posteriori*). Verbalizações sobre turismo, turismo pedagógico, sobre questões atinentes à gestão, à inserção e envolvimento de cada um nesse contexto acompanharam aquelas indicativas de nova/outra forma de ver, sentir, viver e conhecer uma cidade, no presente caso, a CE Santiago.

No que tange à releitura do Ciclo, reportando ao seu transcurso, ademais dos ajustes que se fizeram necessários face às intercorrências que se impuseram (inclusive a Pandemia de Covid 19), outros aspectos, neste momento de metacognição, devem ser considerados, sempre tendo presente, contudo, que não devem ser generalizados. As bases conceituais que lhe deram sustentação requerem que a dinâmica processual leve em conta as especificidades de cada grupo. De todo modo, independente disso, não se exclui que, nos próprios questionamentos analíticos, vejam-se variáveis intervenientes importantes que possam vir a referenciar futuros aperfeiçoamentos da estruturação e implementação do Ciclo. Citam-se na sequência algumas dessas eventuais variáveis, cujo controle ou correção ficaram comprometidos particularmente em função da variável Tempo: insuficiente base conceitual dos participantes relativamente aos temas centrais dos colegiados que representam; insuficiente abordagem e discussão, nos encontros, dos conceitos envolvidos em função de nova formatação dos colegiados; perspectiva da adição de uma outra/nova dimensão do turismo à gestão pública; prevalência de participantes da rede de ensino tradicionalmente afeitos ao conceito de Turismo pedagógico vinculado ao escopo escolar, diversamente do conteúdo da própria Carta; pressuposição de que, por tratar-se de gestores, os participantes já teriam uma visão mais global do processo de formulação de políticas públicas; visão de que a efetivação das políticas públicas se dá via executivo municipal, levando-os a pensar não ser de suas alcadas os processos de implementação, monitoramento e avaliação dessas políticas.

A presente síntese evidencia ganhos do processo desenvolvido na CE para ambos os colegiados, bem como apontam alguns aspectos que necessitam ser mais bem trabalhados por esses grupos.

É relevante ainda destacar que a experiência vivenciada via estratégica metodológica na CE Santiago constituiu-se como a primeira aproximação intencional entre os dois colegiados.

7. CONCLUSÃO

A pesquisa científica é um pilar fundamental para a transformação e o desenvolvimento das cidades, podendo, por meio da análise e compreensão da realidade, contribuir para mudanças sociais, fomentando a discussão de questões importantes e a promoção de políticas públicas mais eficazes. Todavia, nem sempre os agentes governamentais conseguem desenvolver sozinhos ações/estratégias a partir das construções teóricas. Nesse sentido, a estratégia metodológica apresentada neste estudo mostrou-se um caminho operativo de viabilização de ação teórica e prática na práxis, em que os participantes puderam refletir e dialogar sobre como o turismo, sendo uma área governamental, pode contribuir para a efetivação dos princípios das CEs, não restringindo essa responsabilidade apenas à Secretaria Municipal de Educação. Logo, o Ciclo, concebido e desenvolvido sobre bases construtivistas e sociointeracionistas, configura-se como elemento propulsor de articulação com a gestão pública e essa aproximação entre academia e sociedade beneficia a ambas.

A aplicação da estratégia metodológica na CE Santiago/RS permitiu a ampliação de discussões conceituais sobre a dimensão pedagógica intrínseca ao turismo, acrescentando elementos, a partir de amarrações teórico-pragmáticas com gestão e políticas públicas. Na ampliação conceitual, a perspectivação (e consolidação) de que os sujeitos acorrem/percorrem às/as cidades para conhecer, experienciar e vivenciar aprendizagens que o destino possa lhes facultar, soma-se a perspectiva projetiva de inserção dessa dimensão do turismo na gestão de destinos turísticos, cabendo às cidades, em iniciativas planejadas e mediadas, organizar seus potenciais educacionais e disponibilizá-los por meio de projetos/ações/experiências intencionais a públicos os mais diversos. São esses espaços dialógicos criados que permitem interação com a cidade e, consequentemente, compartilhamento de inquietações, saberes, culturas, afetos. Nessa intencionalidade, o turismo se institui em agente educacional promotor e protagonista de aprendizagens, e as CEs podem, assim, converter-se em destinos turísticos pedagógicos/educacionais.

Ainda, cabe mencionar que, embora a estratégia tenha sido aplicada na CE Santiago, não se restringe a ela. Ademais, a partir dessa aplicação, refletindo sobre a conjunção das releituras, emergem alguns questionamentos cuja busca de respostas aponta para caminhos investigativos a serem considerados. No cenário da Rede, como, via Ciclo, seria possível desencadear todo esse processo de aproximação entre turismo essencialmente pedagógico (TEP) e as CEs em

cidades que, diversamente de Santiago, ainda não abordam explicitamente o turismo em suas ações/experiências (BIDCE)? Poderia, a própria Rede, incentivar a aproximação entre TEP e CEs? Seria possível desencadear todo esse processo em CEs cuja abordagem do turismo se encontra subjacente a suas ações e experiências, sem que disso se tenha dado em conta? Seria possível desencadear a vinculação de ações e experiências turístico-pedagógicas já realizadas em CEs e que, no entanto, ainda não integram o BIDCE, denotando a não percepção do turismo como agente promotor e protagonista de aprendizagem? Seria possível pensar, a inserção da dimensão pedagógica do turismo no contexto de Rede territorial? Que implicações pragmáticas decorreriam?

Externamente ao cenário da Rede, como, via Ciclo, seria possível estender essas questões a cidades que não participam da Rede no sentido da inserção da dimensão essencialmente pedagógica do turismo com vistas a otimizar o seu potencial turístico-educacional/pedagógico? Ainda, seria possível pensar, expandindo a questão espacial municipal, a inserção da dimensão pedagógica do turismo em um contexto de região turística junto à Instância de Governança Regional (IGR)? São vários os questionamentos reveladores do próprio decurso investigativo.

Buscar responder a essas questões remete, pois, à continuidade dos estudos, na busca de aprimorar a estratégia e identificar os ajustes necessários à sua efetivação, na direção de contribuir com um planejamento turístico intencional, no qual o turismo, por si só, seja entendido como pedagógico. Os resultados obtidos na aplicação do Ciclo metodológico apontam para a força do diálogo entre pesquisa e gestão pública e turismo e CEs.

REFERÊNCIAS

- Associação Internacional de Cidades Educadoras - AICE. (2025).
<http://www.edcities.org/>
- Barros, R. (2011). *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida*. Chiado Editora.
- Bakhtin, M./Volochinov, V. (2009). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. (M. L. y & F. V. Trad.). Hucitec.
- Beni, M. C. (1998). *Análise estrutural do turismo*. Editora Senac São Paulo.
- Beni, M. C. (2006). *Política e planejamento do turismo no Brasil*. Aleph.

- Bonfim, M. V. de S. (2010). Por uma pedagogia diferenciada: uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa. *Revista Turismo Visão e Ação*, 12(1), 114-129. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1127>
- Brasil. (2018). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm
- Carta das Cidades Educadoras. (2020). https://www.edcities.org/wp-content/uploads/2020/11/PT_Carta.pdf
- Carvalho, G. L. (2016). Perspectiva Histórico-institucional da Política Nacional de Turismo no Brasil (1934-2014). *Mercator*, 15(1), 87-99. <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1751>
- Caívalcanti, K. B., & Hora, A. S. S. da. (2002). Política de turismo no Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 13(2), 54-73. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v13i2p54-73.
- Cerqueira, L. R., Furtado, E.M., & Mazaro, R. M. (2009, 10 e 11 de setembro). *Políticas Públicas em Turismo no Brasil: Cronologia dos 70 anos da Legislação Turística e das Instituições Oficiais de Turismo* [Apresentação de trabalho]. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. São Paulo, SP. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/6/124.pdf>
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução de desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16(002), p.231-236. <https://www.redalyc.org/pdf/374/37416210.pdf>
- Cruz, R. de C. (2002). *Política de turismo e território* (3a ed.). Contexto.
- De Lima, F., Cappellano dos Santos, M. M., & Todeschini Ferreira, L. (2020). Ensayos reflexivos cuestionadores sobre la dimensión pedagógica intrínseca al turismo prevista en la concepción de Ciudad Educadora: el contexto brasileño. *Gestión Turística*, 33, 94–112. <https://doi.org/10.4206/gest.tur.2020.n33-05>
- Dias, R. (2017). *Gestão pública: aspectos atuais e perspectivas para atualização*. Atlas.
- Freud, S. (1992). *Inhibición, síntoma y angustia*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Imago, Rio de Janeiro.
- Gastal, S., & Moesch, M. M. (2007). *Turismo, políticas públicas e cidadania*. Aleph.
- Hora, A. S. S., & Caívalcanti, K. B. (2003). Turismo pedagógico: conversão e reconversão do olhar. In: Rejowski, M., & Costa, B. K. (Orgs.). *Turismo Contemporâneo: desenvolvimento, estratégia e gestão*. Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2021). *Pesquisa Mensal de Serviços 2021*. IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2022). *Censo Brasileiro de 2022*. IBGE.

Lima, F. de. (2014). *Incursões reflexivas sobre o conceito de turismo e a qualificação “pedagógico” no binômio “Turismo pedagógico”*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul]. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Repositório Institucional da UCS. <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/840/Dissertacao%20Francielle%20de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lima, F. de. (2022). *A dimensão pedagógica intrínseca ao turismo perspectivada na concepção de cidade educadora e na construção de processo de (re)formulação de políticas públicas de turismo com viés pedagógico*. [Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da Universidade de Caxias do Sul]. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Repositório Institucional da UCS. <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/10447/Tese%20Francielle%20de%20Lima.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Lima, F. de, & Ferreira, L. T. (2024). O turismo como agente promotor e protagonista de aprendizagens em cidades educadoras (AICE): perspectivando caminhos para a efetivação de seus princípios. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, 18, 2902. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v18.2902>

Lohmann, G., & Panosso Netto, A. (2012). *Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas*. (2a ed.). Aleph.

Lopes, M. M., & Panosso Netto, A. (2021). Análise das Políticas Federais de Turismo no Brasil (1930 a 2020). *Ateliê do Turismo*, 5(2), 200-224. <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13205/9387>

Niquini, W. T. R. (2019). *Política pública de turismo em nível municipal: o caso do Programa Porto Alegre Turismo Criativo* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Viçosa]. Locus UFV. <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/26918/1/texto%20completo.pdf>

Perazzolo, O. A., Santos, M. M. C., & Pereira, S. (2013). Dimensión relacional de la acogida. *Revista Estudios y perspectivas em turismo*, 22(1), 138-153. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180725735008>

Perinotto, A. R. C. (2008). Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*, 8(1), 100-103. <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/261/186>

Piaget, J. (2006). *O nascimento da inteligência na criança*. (A. C. Trad.). LTC.

Pimentel, M. P. C. (2014). A dimensão institucional das políticas públicas de turismo no Brasil. In: Pimentel, T. D., Emmendoerfer, M. L., & Tomazzoni, E. L. (Org.). *Gestão Pública do turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações*. Educs.

Prefeitura Municipal de Santiago. (2025). <https://www.santiago.rs.gov.br/cidade/historia>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD Brasil. (2010). *IDH Municípios 2010*. <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municípios-2010>

Ricoeur, P. (1978). *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Imago.

Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. Cengage Learning.

Silva, I. C. M. da, & Fratucci, A. C. (2022). Uma análise de discurso da política pública nacional de qualificação profissional em turismo. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 16, <http://doi.org/10.7784/rbtur.v16.2250>

Vygotsky, L. S. (1989). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. (M. C. et al Org.). (J. C. N; L. S. M. B & S. C. A. Trad.). Martins Fontes.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

Lima, F.de, & Ferreira, L. T. (2025) Intencionalidade Pedagógica na Gestão Pública do Turismo: apresentação e análise de estratégia metodológica de ciclo aplicada em Cidade Educadora brasileira. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 13(2), 965-987. DOI 10.21680/2357-8211.2025v13n2ID38333
